

## A HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DA CULTURA TERENA ATRAVÉS DO REGISTRO DA MEMÓRIA

Fernando Augusto Azambuja de Almeida<sup>1</sup>  
Vera Lucia Ferreira Vargas<sup>2</sup>  
Lidiane Cabral Edvirges<sup>3</sup>

**RESUMO:** Nas Sociedades indígenas o conhecimento da cultura e da tradição é passado de geração em geração por meio da oralidade, é assim que os mais velhos repassam os seus mitos, o modo de confeccionar o artesanato, e o falar a língua Terena. Atualmente percebemos a preocupação dos Terena da Aldeia Buriti em registrar através da escrita a sua memória, haja vista que os mais velhos estão morrendo e com eles muito de suas praticas culturais também estão deixando de ser realizadas, por isso segundo eles, estão perdendo sua história. Devido ao contato com o não-indígena e a inserção da escrita em suas aldeias muito da cultura do povo Terena está sendo reelaborada e adaptada. Através da Metodologia da História Oral registra-se parte da memória desse povo para que esses relatos também possam ajudar a entender outras fontes e perceber aspectos da sua cultura que fazem parte das suas lembranças. Os relatos possibilitam também novos registros da história do povo Terena, onde as gerações futuras podem ter acesso por meio dos escritos, como artigos e livros. A memória de um povo reforça a coesão do grupo social, além de fortalecer a identidade étnica.

**Palavras-chave:** Terena; memória; oralidade.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Católica Dom Bosco, coordenador técnico do Centro de Documentação e biblioteca virtual indígena Teko Arandu/NEPPI/UCDB e do Laboratório de História – LABHIS/Curso de História/UCDB.

<sup>2</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense/UFF, professora de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Campus de Aquidauana/CPAQ

<sup>3</sup> Acadêmica do 4º semestre do curso de História e bolsista do PIBIC da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS.

Nossa proposta de trabalho concentra-se na perspectiva de mostrar a metodologia da História Oral como ferramenta no registro da memória para o estudo do grupo indígena Terena da Aldeia Buriti, localizada na Terra Indígena do mesmo nome situada entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, no Estado do Mato Grosso do Sul, demonstrando que era por meio da comunicação oral que esse povo repassava os seus ensinamentos de geração para geração, ou seja, sua comunicação era centrada na tradição oral, que segundo Moniot (1979): “é tudo aquilo que é transmitido pela boca e pela memória. Esse pode ser um saber difuso em cada sociedade, transmitido mais ou menos amplamente pela educação e em favor das circunstâncias práticas da vida”. A oralidade se dava na língua materna da comunidade que sustentava todos os aspectos culturais, constituindo um forte fator de identidade étnica. O autor acima citado ainda diz que: “a língua materna de uma comunidade é um dos componentes mais importantes de sua cultura, constituindo o código com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações”.

É por isso que neste artigo procuramos mostrar esse processo de oralidade e de registro da memória através da escrita com as pesquisas efetuadas na Aldeia Buriti nesses últimos anos, onde realizamos várias entrevistas, sendo que essa atividade continua em andamento com os Terena dessa aldeia, por meio do projeto pesquisa: “Memória, percepção e sentidos do aprender dos Terena da Aldeia Buriti: subsídios para uma proposta de etnoeducação” que tem como um de seus objetivos apontar informações por meio da história oral, que aqui é utilizada como recurso para o registro e a elaboração de documentos, para os estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos.

Uma vez que para os povos indígenas a compreensão de história e de escrita como é entendida pela sociedade envolvente, ocorreu somente no século XX, no caso dos Terena que é semelhante aos demais povos indígenas, esse processo se deu com o estabelecimento das escolas implantadas a partir do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, que segundo Cardoso (2004) foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro para integrar os índios na sociedade Nacional. Antes das instalações dessas escolas nas áreas indígenas o ensinamento da tradição Terena baseava-se na oralidade, onde os conhecimentos culturais eram passados de geração para geração entre os Terena da aldeia Buriti, como a língua materna, o artesanato, os mitos, o aprendizado do uso das ervas medicinais entre outros que eram aprendidos na prática através da observação e da comunicação oral.

Partindo da escolarização dos índios Terena como sendo um dos fatores que os levaram a perda de sua língua materna, obviamente que essa escola fazia parte da política indigenista que incentivava essa ação de várias maneiras.

No contexto educacional de Buriti a escola ali se estabeleceu já no final do século XIX, em 1889, segundo informações do professor de língua Terena Ramão Alves Pinto “o índio Ubiratan que fazia parte da Comissão do Marechal Candido Mariano Rondon, quando o marechal esteve aqui por esta região, Ubiratan ficou e criou uma escola onde os Terena do Buriti pagava ele com alimento isso foi por volta de 1888 até o SPI chegar aqui”<sup>4</sup>.

Com a criação do Posto Indígena de Nacionalização Buriti em 1927, pelo Serviço de Proteção aos Índios, a escola passou sob a responsabilidade do posto indígena, e a professora era a esposa do funcionário do SPI, que era designado para administrá-lo e o ensino era o mesmo das escolas rurais brasileiras, esse contexto era o mesmo para as demais aldeias Terena naquela região. Sendo este fato um dos motivos que desencadearam a perda da língua terena, ou seja, foi com a inserção da instituição escolar na aldeia de Buriti, que o ensinamento pela tradição oral foi deixando de ser praticado, e então se iniciou o ensino da escrita e da alfabetização em português incentivando cada vez mais o uso dessa língua em detrimento do idioma materno, e foi por meio dessa instituição que a escrita começou de forma lenta e gradativa a fazer parte do cotidiano Terena. Fator que contribuiu para o decréscimo de falantes e da oralidade que se dava na língua materna, de acordo com Altenfelder, “as pressões sobre a sociedade Terena também configuram-se em políticas sistemáticas para que os indígenas deixassem de falar a língua materna”

O resultado desse ensino é presente ainda hoje entre os Terena, na aldeia Buriti, ou seja, a maioria não fala mais o seu idioma materno, os praticantes dessa língua são poucos restringindo-se aos anciãos e as crianças que estão aprendendo a falar sua língua materna por meio da disciplina que é ministrada na escola, no entanto, essa ação esbarra em várias dificuldades uma delas é que os seus próprios pais não são mais falantes da língua Terena.

Esse fato pode ser compreendido como mais uma ação do governo brasileiro para o processo de assimilação dos grupos indígenas existentes no Brasil, política comum vigente naquele período, no entanto, praticada desde os séculos passados com

---

<sup>4</sup> Entrevista feita em 2007 com professor da língua Terena Ramão Alves Pinto, entrevista se encontra no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB.

os demais grupos indígenas com o mesmo intuito. Assim temos um contexto que reflete a educação que foi ministrada nas escolas sob a gestão do SPI, e de uma política indigenista que tinha por meta integrar os índios a sociedade nacional e transformá-los em trabalhadores nacionais. No entanto, no final do século XX, esse cenário também mudou, ou seja, estava evidenciado pelos próprios índios que esse contexto não atendia mais as suas necessidades, e por meio de suas ações os Terena, bem como dos demais povos indígenas do Brasil, evidenciaram esse fato.

Mediante as mudanças ocorridas, algumas delas foram registradas na Constituição Federal de 1988, assistimos uma mudança no cenário brasileiro em relação à questão indígena, onde por sua vez a educação foi um dos direitos contemplados, estabelecendo que as populações indígenas têm direito a um ensino diferenciado que contemple sua língua materna e processos próprios de aprendizagem, o que se percebe portanto é que se tem o processo inverso de quando houve o ensino da língua portuguesa, a língua terena é considerada como segunda língua na alfabetização, pois muitos pais não sabem falar. Segundo informações do professor Gerson Alves Pinto da Escola Alexina Rosa Figueiredo<sup>5</sup>, esse fator acontece porque:

A aula de Terena na verdade é a segunda língua, pois, aqui nós não falamos a língua terena, porque a gente não sabe, só os mais velhos que sabem falar e escrever, aí nos alfabetizamos na língua portuguesa, e o professor Ramão Alves, meu pai, é o professor da língua Terena, os professores os alunos e os mais jovens daqui da aldeia Buriti não sabe falar a língua materna<sup>6</sup>.

A escola tem como objetivo despertar nas crianças a valorização de sua cultura e o fortalecimento da língua, onde a mesma é iniciada através da oralidade, devido ao som nasal dessa expressão lingüística que dificulta o seu falar e escrever. O professor de língua Terena da Escola Indígena Alexina Rosa Figueiredo, Ramão Alves Pinto, afirma que é nas crianças que está à esperança de continuar a essa tradição, pois:

Os velhos estão morrendo e nós estamos incentivando agora as crianças a valorizar os mais velhos, agora nós estamos trabalhando assim tipo nesse bimestre que passou a trabalhou bastante com a

---

<sup>5</sup> Alexina Rosa Figueiredo localiza –se na Aldeia Buriti. Município de Dois Irmãos do Buriti-MS, sendo uma das 9 aldeias do Posto Indígena de Nacionalização Buriti.

<sup>6</sup> PINTO, Gerson Alcantara, Entrevista concedida em 8/04/2007 na aldeia Buriti, município de Dois Irmãos do Buriti-MS, a entrevista se encontra no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande-MS.

oralidade com as crianças pequenas, falando na língua só para eles gravarem na memória, mas os pais não falam mais a língua, a criança sente dificuldade e já esquece o que falou na sala de aula (PINTO, 2007).

Essa realidade na aldeia Buriti se estende as demais aldeias Terena dessa e de outras terras indígenas. No entanto, atualmente a escola e a educação são reivindicações da grande maioria dos povos indígenas no Brasil, pois compreenderam que é através do conhecimento, ou seja, do domínio dessa ferramenta que é o saber do outro (dos brancos), mas principalmente compreender o que esse outro escreveu e pensa sobre os Terena ao longo desses anos, que lhes permitem ter argumentos para lutar em busca de seus direitos, desde uma escola com o ensino diferenciado, mas que também lhes de condições de concorrerem com os não índios nos vestibulares e em qualquer outra situação semelhante a essa é uma das preocupações dos Terena. A educação escolar é fundamental na busca do conhecimento inclusive do próprio conhecimento indígena, são esses dois fatores que lhes dão subsídios para realizarem suas reivindicações junto as autoridades brasileiras. Como é possível constatar na afirmação do professor Gerson Alves Pinto:

É preciso usar a educação indígena para ensinar e estimular os jovens a participarem mais da preservação da cultura. A escola indígena tem como papel fundamental manter viva a nossa identidade e ampliar a nossa cultura tradicional. É possível manter a cultura, mesmo com a proximidade da cidade. Nossa cultura está aí viva. Como, hoje em dia, ações importantes da aldeia estão morrendo juntamente com os idosos, os donos das tradições, a gente pensou: porque a gente não faz um registro da nossa cultura? (ALVES PINTO, 2007).

E por isso que a escrita agora é utilizada para o registro da oralidade na aldeia Buriti, seja por meio de entrevistas, de textos que foram produzidos para ser material didático e outros materiais para que as gerações futuras possam ter a oportunidade de ter acesso ao conhecimento tradicional Terena.

Portanto, percebemos tanto na escola quanto no dia-a-dia que a oralidade tem sido praticada com mais intensidade entre os Terena de Buriti, e por outro lado os mais velhos também têm sido ouvido com mais atenção e respeito, pois são eles os “guardiões” de ambos saberes, o da língua materna e dos saberes culturais, assim

voltaram a ser considerados os mais sábios e com o maior conhecimento, além do que a oralidade tem sua função social, segundo Thompson “toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. Por isso é que no passado, ela se transmitia de uma geração para outra pela tradição oral e pela crônica escrita” (1982).

Nas sociedades de tradição oral a memória é o mecanismo que consiste em repassar o conhecimento, pode-se dizer que a memória está ainda mais presente nestas sociedades, onde exerce grande funcionalidade, pois toda a história do povo permeia-se pela memória, sendo reelaborada, mas sem que perca o sentido, apenas é contada de uma forma diferente pelos seus membros, LE Goff ressalta que:

a memória coletiva se aplica de forma funcional nas sociedades sem escrita, pois um dos seus interesses através dessa memória é a identidade coletiva do grupo. A memória e a identidade exercem grande ligação, sendo a primeira elemento constituinte do sentimento de identidade, e que essa identidade é um elo com a história passada e com a memória do grupo, onde a identidade é fortalecida através da memória, sendo que esta última mantém a coesão do grupo (LE GOFF, 1982, p. 16).

A memória evoca os elementos do passado e faz com que possamos entender o tempo presente, uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos, esses antecedentes são obtidos através da memória, que traz do passado as indagações feitas no presente. Cada pessoa no momento que evoca suas lembranças está trazendo para o presente aquilo que foi selecionado, pois nossas memórias são seletivas.

No caso dos Terena a memória que prevaleceu é a da luta pela sua terra, a busca de se instrumentalizarem para garantirem o seu direito a ela, por isso as constantes menções ao período da Guerra do Paraguai (1864-1870) quando lutaram ao lado do Exército brasileiro em defesa do território nacional, no qual os seus também faziam parte, nas construções das Linhas Telegráficas junto com o grupo do Marechal Rondon, nas aberturas das estradas que ligam as várias cidades do Mato Grosso do Sul, e ainda como curandeiros que eram procurados por diversos brancos não índios de várias regiões do Brasil em busca da cura de suas enfermidades. Esses registros também são encontrados nas dissertações e desses produzidos nos vários programas de pós-graduação existentes no Brasil, inclusive pelos próprios índios Terena, que agora além de ler o que produzimos também registram as suas histórias mediante esses textos acadêmicos que muito tem contribuído para a reescrita da história Terena, resultando na reescrita de nossa história regional e contribuindo diretamente para uma nova

compreensão da história do Brasil. Contexto comum as demais etnias existentes no Mato Grosso do Sul.

São essas memórias que continuam vivas e estão sendo transmitidas aos mais jovens, para que os mesmos saibam dos feitos de seus patrícios (como eles se chamam) muitas delas foram apropriadas pelos jovens acadêmicos que estão nas universidades próximas as suas aldeias em diversos cursos de graduação preocupados em se apropriarem desse conhecimento científica muitos com o compromisso de retornar para as suas aldeias e auxiliar nesse ensino. Realizando sua própria leitura dessas novas produções.

A história oral é fundamental para esse processo de reescrita de parte dessa história, pois já sabemos que os Terena foram índios privilegiados no que se refere a textos produzidos, existe uma produção acadêmica considerável sobre eles, desde meados do século XX, eles estão sendo abordados academicamente, primeiro pelos textos etnográficos produzidos pelos antropólogos que formam os textos clássicos e ainda hoje de leituras obrigatórias sobre eles, sendo composto pelos escritos de Herbert Baldus, Kalervo Oberg, Fernando Altenfelder Silva e Roberto Cardoso de Oliveira, entre outros. O que destacamos aqui é a produção já existente sobre eles e de leitura obrigatória para os pesquisadores dessa etnia. Dentre desse contexto estão inclusos os próprios pesquisadores índios.

Essas indicações são justamente para evidenciar a importância da história oral como método de reescrita dessas memórias, que agora sentem necessidades de serem registradas e a busca por esse passado é que nos permitiu o registro de algumas dessas memórias entre os anciãos e os professores da escola da aldeia Buriti.

E por isso que em nossas idas à Aldeia Buriti, realizamos através das técnicas da história oral as entrevistas com os anciões Terena, seguindo o roteiro de perguntas que foram elaboradas pelos pesquisadores. Ora por meio de sua história de vida, que é na maioria das vezes a própria história da aldeia, ora por meio de perguntas previamente elaboradas e assim foram obtidos os relatos referentes à vivência dos Terena do passado e do grupo que auxiliam no entendimento da sua organização social e política, trazendo à tona a memória.

A História Oral desafia muitos preconceitos, pois é uma metodologia nova no campo historiográfico, além da disputa que se estabelece entre aqueles que defendem apenas as fontes escritas e outros que trazem as fontes orais como um novo documento. Ferreira assinala: “a história oral como parte integrante do debate sobre a função do

conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais”.

Pollak levanta a questão sobre elementos constitutivos da memória, que segundo o mesmo seria “os acontecimentos vividos pessoalmente e os vividos por tabela, ou seja acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, mesmo que seja no local e no tempo cronológico”. No momento que a memória é evocada no indivíduo este parte da premissa da coletividade sendo a memória mantida através dos laços afetivos do seu grupo e transmitida para gerações futuras.

Esse processo ocorre de várias maneiras diferentes e uma delas está sendo realizada juntamente com os professores da Escola Indígena Alexina Rosa de Figueiredo na aldeia de Buriti, que por meio da memória dos anciãos e dos professores essa parte de sua história está sendo elaborada pelos professores no intuito de que o resultado desse contexto possa contribuir diretamente com o processo de ensino e aprendizagem por eles realizados na transmissão desse conhecimento para os seus alunos.

### **Considerações finais**

Nesse sentido, o projeto da escola municipal indígena Alexina Rosa Figueiredo será o verdadeiro instrumento de consolidação dos direitos, numa dinâmica de transformação, valorizando a tradição, os costumes e o conhecimento indígena. Não basta apenas adquirir os conhecimentos, é necessário revertê-lo para o projeto social, construído coletivamente. A escola como espaço importante para a continuidade de novas gerações reflitam com espírito crítico e participativo do conhecimento tradicional e o conhecimento universal. A responsabilidade de promoção da interculturalidade é um compromisso coletivo e está nas mãos dos professores e da comunidade da aldeia Buriti.

Portanto, as políticas educacionais só terão resultados se os povos indígenas participarem efetivamente na sua elaboração, expressando suas experiências no processo construtivo do pedagógico, cultural, político e do institucional. É um processo em curso, no qual tanto os povos, quanto à esfera pública terão a oportunidade de se conhecerem e estabelecerem novos encaminhamentos para a melhoria da qualidade de ensino nas terras indígenas.

No contexto atual, a sociedade nacional também tem o desafio de redefinir suas posturas, seus conceitos políticos e sociais, para garantir às minorias o direito à igualdade e à diferença.

Num país como o Brasil, pluricultural e multiétnico, mas marcado pela desigualdade social, corrigir os erros do passado requer uma tomada de decisões e mudanças nas ações governamentais e uma reflexão profunda na história brasileira. A educação pode ser um dos instrumentos pedagógicos sociais para construir as relações interculturais, baseadas no diálogo entre as culturas.

Os povos indígenas têm muito a contribuir na busca de um mundo melhor para a humanidade. E partindo da igualdade, da diferença e da parceria que podemos criar o novo.

Esse novo só poderá ser criado se a sociedade nacional oferecer a oportunidade aos povos de mostrarem a sua capacidade e competência de gerenciar seu próprio destino. Enfim, trata-se de construir também novas concepções de entender o outro dentro da sua potencialidade individual e coletiva.

A escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo da Aldeia Buriti, está em evolução no seu processo histórico, onde meados do século XIX, já se preocupava com educação dos jovens da comunidade, porém tem que muito avançar para atingir os objetivos da educação indígena diferenciada, inserindo a comunidade e corpo docente na discussão e compreensão desta educação, os primeiros passos foram dados para que o corpo docente tenha uma melhor compreensão e entendimento, buscando o melhor para os alunos com a participação da comunidade, a partir daí, que a escola e a comunidade juntos saberão o que é o melhor para os seus jovens.

A educação indígena diferenciada, fazem parte das relações positivas entre educação e diversidade cultural que são fundamentais para as mudanças de políticas, de ações, de posturas e de idéias equivocadas que degeneram as sociedades. A educação tem o dever de educar e reeducar a sociedade para o convívio com a diferença entre as sociedades indígenas e a sociedade ocidental, mostrando as diferenças existentes entre as sociedades indígenas e também na própria sociedade ocidental. São considerações importantes para que como povos, culturalmente diferenciados, para o convívio com diálogo e com respeito mútuo.

## **Referência Bibliográfica**

ALTENFELDER SILVA, Fernando. **Mudança cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista, São Paulo: Nova Série, vol. 3, 1949.

ALVES, Gerson Alcantara. **Entrevista concedida à Fernando Augusto Azambuja de Almeida** em 07-04-2007, aldeia Buriti-MS

CARDOSO, Wanderlei Dias. Aldeia indígena de Limão Verde: **Escola, comunidade e desenvolvimento local**. Dissertação de Mestrado, UCDB, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de... (ET al). **Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. Disponível em WWW. Cpdoc.fgv.br.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história in: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

PINTO, Ramão Alves. **Entrevista concedida à Fernando Augusto Azambuja de Almeida** em 07/04/2007, aldeia Buriti-MS.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.